



# Anais da Assembléia

N.º 75

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE JUNHO DE 1983

ANO IX

**1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 69.ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 1983.**  
(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. SALVADOR HOFFMANN, ocorrido no dia 26, na cidade da Lapa.

Outrossim, solicita da decisão da Mesa seja dada ciência à família através da Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o duto Plenário, a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo infausto passamento do Sr. BRUNO MARQUES, ocorrido tragicamente no dia 22 do corrente mês, na cidade de Castro, neste Estado.

O extinto era pessoa muito bem relacionada na comunidade castrense, e comerciante em alto nível. Era viúvo da Sra. Izi Manente Marques e deixa os seguintes filhos: Sirlene, casada com o Sr. Persival e os menores Jovani e Denise, sendo também irmão do Dr. Osvaldo Marques,

funcionário deste Poder.

Requer outrossim, que desta decisão, dê-se ciência à família enlutada, a qual reside à Rua Jonas Borges Martins, 346, centro, na mesma cidade de Castro.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1983.

(a) GABRIEL MANOEL

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, e com base no § 2.º, do Art. 11, da Constituição Estadual, licença para desempenhar missão temporária de estudos na Universidade de Madrid, Espanha, no período compreendido entre 1.º de julho e 15 de agosto do corrente ano.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, formular apelo veemente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Dr. José Richa, no sentido de que a Mensagem Governamental 28/83, encaminhada pelo ex-Governador José Hosken de Novaes, reajustando os proventos dos funcionários inativos, retorne com urgência a este Poder, com as correções atualizadas.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1983.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário e conjugando esforços à proposição apresentada pelo Deputado Federal Ary Kffuri, em recente sessão da Câmara dos Deputados, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro dos Transportes, solicitando gestões junto ao DNER a fim de que formalize estudos que possibilitem a construção de um viaduto na BR-376 (Rodovia do Café), no cruzamento da Vila Vendrami, e outro na altura do Núcleo Residencial Santa Paula, entroncamentos das vias de acesso Palmeira - Ponta Grossa e Curitiba - Norte do Estado.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposição está calcada no constante apelo que vem fazendo a Câmara Municipal de Ponta Grossa, através do Vereador Moacyr José da Silva, em defesa da comunidade local, e reiterada na Câmara Federal pelo Deputado Ary Kffuri.

Somando esforços neste sentido, formalizamos o presente, imbuídos do mais alto espírito de solidariedade à justa reivindicação apresentada, pois que, além de emergente, nos induz diretamente a responsabilidades e a uma tomada de posição que vise minimizar os sérios riscos de vida a que estão sujeitos os transeuntes (escolares, trabalhadores) e o tráfego daqueles cruzamentos, com os quais, localizados na área urbana da cidade, representam diminuição da segurança.

Considerando a crescente densidade de tráfego dessa rodovia, uma das mais perigosas, e que embora se constitua

no veículo de desenvolvimento da nossa economia, mas que por outro lado se torna uma ameaça à vida humana, é que esperamos, por parte dos setores competentes, todo o empenho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos transportes, solicitando o revestimento com cascalho, em 80 km nas estradas rurais, no Município de Janiópolis.

Os motivos que nos levam a esta solicitação, é que a Prefeitura Municipal encontra-se atualmente em péssima situação financeira, e com o seu maquinário reduzido e em precárias condições de uso.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1983.

(a) IVAN GUBERT

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos transportes, no sentido de que seja recuperada a estrada que liga Cubatão a Garuva, no Município de Guaratuba, pois a mesma encontra-se totalmente sem condições de tráfego, impossibilitando assim o escoamento da produção de frutas, cana de açúcar e farinha de mandioca, principais produtos da região.

Requer ainda, que seja estudada a possibilidade da colocação de cascalho na mencionada estrada, pois, desta forma, seriam supridas as dificuldades enfrentadas pelos moradores da região.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1983.

(a) IVAN GUBERT

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja solicitado ao mesmo, estudos para a pavimentação asfáltica que liga Salto do Itararé a Siqueira Campos, numa extensão de 24,5 km.

Esclarecemos que Salto do Itararé é um dos poucos municípios deste Estado que não conta com este benefício, o que vem acarretando grandes problemas na época do transporte das safras, como também no período das chuvas.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1983.

(a) IVAN GUBERT

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja solicitada a construção de pontes no Município de Salto do Itararé, conforme segue abaixo:

- 1 ponte sobre o Rio Ribeirão Bonito, que liga o Bairro da Farturinha com o Bairro dos Machados;
- 1 ponte sobre o Rio Ribeirão Bonito, que liga o Bairro Ribeirão Bonito com o Bairro da Grama;
- 1 ponte sobre o Rio Morimbondo, que liga o Bairro dos Fortuosos com o Bairro dos Casseiros;
- 1 ponte sobre o Rio Farturinha, que liga o Bairro Palmital com o Bairro da Grama e dos Machados;
- 1 ponte sobre o Rio Farturinha, que liga o Bairro

dos Senes com o Bairro da Farturinha;

1 Ponte sobre o Rio Farturinha que liga o Bairro das Rosas com o Bairro Farturinha;

1 ponte sobre o Rio Água do Cedro, que liga o Bairro dos Acácios com o Bairro dos Casseiros;

1 Ponte sobre o Córrego dos Gomes que liga o Bairro da Areia Branca com o Bairro do Palmital;

1 ponte sobre o Rio Palmeirinha, que liga o Bairro de Palmeirinha com o Município de Siqueira Campos;

1 ponte sobre o Rio Água dos Aleixos, que liga o Bairro dos Aleixos com o Bairro de Palmital;

1 ponte sobre o Rio Água do Ribeirão Bonito, que liga o Bairro do Ribeirão Bonito com o Bairro da Farturinha;

e,

1 ponte sobre o Rio Água da Farturinha que liga o Bairro da Farturinha de Baixo com o Bairro da Farturinha de Cima.

Outrossim, esclareço que as mencionadas solicitações, prendem-se ao fato de não existirem as mesmas, o que vem ocasionando um sério transtorno ao município, para o escoamento das safras, que dão grandes voltas devido à falta de passagens onde venho apontando.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1983.

IVAN GUBERT

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de viabilizar estudos visando o asfaltamento da estrada vicinal que liga o Patrimônio de Vila Gianello, Município de Moreira Salles, à Rodovia PR-468, numa extensão aproximada de 6 quilômetros.

De iniciativa do ilustre Vereador Jair Bauch, do Município de Moreira Salles, tal medida torna-se necessária, tendo em vista que aquela região é grande produtora de café. A estrada vicinal que liga o Patrimônio de Vila Gianello até a PR-468, está em péssimas condições de tráfego, o que dificulta o escoamento da produção.

Segundo estimativas e a permanecer um clima favorável ter-se-á naquela região uma grande produção para a próxima safra cafeeira, e o asfaltamento do referido trecho seria um justo prêmio para os moradores daquela progressista localidade.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, no sentido da construção de um Colégio Estadual na cidade de Mamborê, com oito salas de aula.

De iniciativa do ilustre Prefeito de Mamborê, Ivo Bruneta, a construção de mais um estabelecimento de ensino para aquele município, é uma necessidade, para que se possa continuar o desenvolvimento do programa educacional, prioridade básica da administração municipal e também do nosso ilustre Governador José Richa.

Ademais, para que se possa oferecer o ensino a toda classe estudantil, está se tornando difícil, tendo em vista as superlotações das salas de aula existentes, tornando-se difícil tanto o aprendizado quanto o prelecionamento.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Cultura e Esporte, no sentido de que sejam viabilizados estudos para construção de um Ginásio de Esportes na cidade de Mamborê.

De iniciativa da Bancada do PMDB na Câmara Municipal, tal medida visa dar à população de Mamborê, um lugar de lazer salutar, onde os jovens, principalmente, possam desenvolver uma diversão sadia.

Cumpre salientar que Mamborê é uma das poucas cidades da região da COMCAM, que ainda não conta com uma praça de esportes para desenvolver o esporte amador, que tanto incentiva a nossa juventude, tirando-a por vezes de se encaminhar à marginalidade.

Cremos que a construção de um ginásio de esportes naquele município, virá atender a uma velha reivindicação de toda população daquela cidade.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER depois de ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Trabalho, Dr. Murilo Macedo, solicitando do mesmo a imediata nomeação do Conselho Federal de Biologia, com cópia para Associação de Biólogos do Paraná - Núcleo Londrina.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

## JUSTIFICATIVA:

O desenvolvimento da biologia é de vital importância para o País depende da valorização do biólogo como profissional. Essa antiga profissão, entretanto, não teve até hoje completado o seu processo de regulamentação.

Como conquista das categorias de biólogos e biomédicos, foi aprovada em 03 de setembro de 1979, a Lei 6684, que institui as profissões de biólogo e biomédico. A referida lei foi regulamentada pelo Decreto 85005/80, que previa a criação pelo Ministério do Trabalho, do Conselho Federal de Biologia, num prazo de 60 dias. Conforme a Lei, o Conselho seria constituído por biólogos e biomédicos e as categorias estariam nele representadas proporcionalmente ao número de profissionais habilitados. Em 30 de agosto de 1982, foi aprovada a Lei 7017, que modificou a lei anterior, no sentido de desmembrar os conselhos das duas profissões.

Lamentavelmente até o momento, os Conselhos Federal e Regionais de Biologia não foram constituídos pelo Ministério do Trabalho. Devido a esta situação, vários profissionais têm sido prejudicados em suas atividades. A Associação de Biólogos do Paraná tem encaminhado a defesa inclusive no Judiciário, de casos deste tipo. Em todo o Brasil vêm ocorrendo casos de conflitos com outras profissões, impedimento de prestação de concursos, remuneração não proporcional à qualificação profissional, classificação injusta no DASP, Receita Federal e Órgãos Estaduais que administram recursos humanos, além de outros impedimentos de várias ordens.

É expectativa dos biólogos que o Conselho Federal de Biologia, uma vez criado, atue no sentido de defender as

prerrogativas profissionais da categoria, delimitando o seu campo de atuação e zelando pela ética profissional. Desta maneira, o exercício dessa profissão poderá se harmonizar com o das outras.

Diante do exposto, só nos resta exigir do Ministério do Trabalho, a imediata nomeação do Conselho Federal de Biologia.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Saúde, Dr. Waldyr Mendes Arcoverde, solicitando informações sobre a contratação do médico Waldmir Belinati, para o cargo de Assessor do Secretário-Geral do Ministério de Saúde, informando o nível de vencimentos, atribuições e critérios de seleção.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

## JUSTIFICATIVA:

Datado de 23 de maio p.p., o Excelentíssimo Sr. Ministro da Saúde, endereçou através do Aviso número 237, dirigido ao Dr. Wilson Rodrigues Moreira, DD. Prefeito do Município de Londrina, correspondência solicitando a disponibilidade do médico Waldmir Belinati para assumir cargo na Assessoria do Secretário-Geral daquele Ministério, sem ônus para a administração municipal.

Tendo sido prontamente atendido pela Prefeitura do Município de Londrina, interessa agora ao povo paranaense a informação sobre o trabalho realizado pelo Dr. Waldmir Belinati, especialmente o seu nível de remuneração e as atribuições que lhe são pertinentes.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao DD. Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Engenheiro Agrônomo Claus Magno Germer, solicitando a criação e instalação de uma Unidade Sanitária, no Município de Manoel Ribas.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

## JUSTIFICATIVA:

Atualmente o Município de Manoel Ribas comporta o segundo maior rebanho suíno de toda a região central do Estado, com 36.887 cabeças. Possui também um expressivo rebanho de bovinos, com 19.683 cabeças.

No entanto, o atendimento veterinário a esse município, e ao de Cândido de Abreu, tem sido realizado pela Unidade Veterinária de Ivaiporã. Esta, porém, atende a diversos outros municípios, o que traz um acúmulo muito grande de serviços ao médico veterinário local, em prejuízo da produção pecuária dos municípios supra-citados, apesar do esforço e dedicação daquele profissional.

Procurando evitar isso, aumentar a produção e melhorar sua qualidade em toda a região, compreendemos que a criação de uma Unidade Veterinária em Manoel Ribas abrangendo Cândido de Abreu, atenderá a esse fim.

## Projeto de Lei:

## PROJETO DE LEI Nº 90/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade Pública a AÇÃO SOCIAL SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro no Município de Toledo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1983.

(a) SABINO CAMPOS

#### JUSTIFICATIVA:

A Ação Social São Vicente de Paulo, de Toledo, é uma entidade assistencial, sem fins lucrativos, tendo como objetivo manter serviços de assistência, orientação e promoção do ser humano, sem distinção de raça, credo ou origem.

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos exigidos pela legislação estadual que regula a matéria.

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei, esperando merecer o devido apoio dos nobres Pares e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“O que trago hoje ao conhecimento desta Casa é da maior gravidade. Faz poucos dias falei sobre a situação alarmante em que se encontra o Município de Formosa do Oeste, onde o seu Prefeito, Ney Machado, eleito pelo PMDB, debitou à conta do erário público despesas pessoais feitas quando ainda não se encontrava no exercício do seu mandato.

O Chefe do Poder Executivo daquela próspera comuna, através do jornal “O Regional”, de Assis Chateaubriand, procurou esclarecer o evento dizendo que, na verdade, dispôs de dinheiros públicos para cobrir despesas pessoais. O pior, entretanto, é que atribuiu a responsabilidade por esse fato a um parecer de advogado da FAMEPAR, e Assessor do Tribunal de Contas que lhe teria autorizado a assim proceder. Entretanto, não cita o nome desse bacharel e nem diz quando e onde obteve essa espúria permissão. Acrescentou ainda o Prefeito de Formosa do Oeste, que o valor usado foi para ressarcir as despesas, inclusive do Contador da Prefeitura, Umberto Munaro.

Aqui está o jornal com a seguinte afirmação:

— “Na época, como não podia deixar de ser, fomos participar do referido Seminário, e levamos em nossa companhia o Sr. Guido Jacó (secretário na época) e Umberto Munaro”...

Consta que quem viajou em lugar de Guido Jacó foi uma outra pessoa e cujo nome está sendo apurado...

Mas o grave, o que é de estarrecer, o que é de fazer com que as pedras se levantem é o seguinte: Umberto Munaro segundo Nota de Empenho número 133, já tinha recebido pela sua viagem ao Seminário dos Novos Prefeitos do Paraná, em data anterior aquela em que em seu nome o atual Prefeito veio a receber também.

Isso é crime de alçada pública. Mas, em Formosa do Oeste, nada se faz a respeito porque o Promotor de Justiça confessando-se amigo pessoal do Prefeito, dá-se por suspeito nas causas que contra ele se intenta, enquanto oficia contra os adversários do mesmo evidenciando assim que não é tão sereno e imparcial, quanto se afirmou. Mas, este assunto, abordarei em outra oportunidade. Hoje o que eu quero ressaltar é a indignidade com que se trata do bem público. E o pior é que os homens que assim agem são os mesmos que fizeram ao povo uma promessa de renovação e de compostura.

Formosa do Oeste reclama a bandeira da moralidade e os seus Vereadores, por certo, hão de cobrar, administrativamente, o que vem ocorrendo, pois é preciso que se diga, mais do

que um “chega”, também um “basta” a esta situação.

Onde já se viu um homem público debitar ao poder que representa os gastos pessoais que teve para a conquista desse mesmo poder?

Voltarei a esta tribuna pois não é mais possível a continuação do que aí está.

Muito obrigado, Sr. Presidente”.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um saldo em caixa e bancos somando 2.590,00, uma dívida de Cr\$ 90.000.000,00 dos quais 55.000.000,00 vencidos, o ICM destinado à prefeitura totalmente comprometido até o mês de setembro, de 1983. Este era o quadro que apresentava a Prefeitura de Nova Cantu, quando assumiu o atual Prefeito, Sr. Walmick Pereira.

Com uma receita mensal na ordem dos 9.000.000,00 e uma despesa na ordem de 12.300.000,00, Portanto, com um déficit de 3.300.000,00 mensais. É assim que o atual Prefeito tem que administrar o município que está à beira do caos administrativo, vítima da incompetência e desvio do erário público, por parte do ex-Prefeito, Rubens Vieira Lopes.

Como já tivemos oportunidade de denunciar, desta tribuna, Nova Cantu foi um dos municípios onde a corrupção deixou feridas profundas que só o tempo e o trabalho daquele povo altaneiro poderá cicatrizar.

Há um mês quando aqui fazíamos a denúncia de desvio de verbas, através de falsificações de notas fiscais, num montante de Cr\$ 5.284.000,00 entre os meses de outubro/82 a janeiro/83. Agora, com novas diligências realizadas, esta soma atinge a casa dos 13.000.000,00.

Sim, Sr. Presidente, Sras e Senhores Deputados, são treze milhões de cruzeiros do dinheiro do povo simplesmente desviados, isto num município que não dispõe de recursos sequer para pagar seus servidores, alguns dos quais em atraso desde o mês de novembro do ano passado.

A par de tais problemas, o parque motorizado da Prefeitura, composto de doze veículos e maquinários, tem apenas quatro funcionando normalmente, e os oito restantes estão encostados, a maioria com os motores fundidos. Um orçamento feito por mecânicos da região, dá conta que só para consertar os caminhões, motoniveladoras e demais veículos pertencentes ao município, ter-se-á um gasto na ordem de quarenta milhões.

O município conta com cerca de 320 quilômetros de estradas vicinais, necessitando urgentes reparos e cascalhamento para possibilitar o tráfego de veículos e o escoamento da produção da região.

Com o advento das últimas chuvas, foram destruídas 16 pontes e 41 bueiros.

Com este quadro que mais parece uma fantasia catastrófica, o prefeito daquele município vê-se como o síndico de uma grande massa falida.

Diante desse quadro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos, desta tribuna, fazer um veemente apelo ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no sentido de envio de recursos para o Município de Nova Cantu, a fim de que haja condições de continuidade administrativa.

Cremos que, irmanados na mesma luta, poderemos devolver um pouco de tranqüilidade àquela gente sofrida do centro-oeste paranaense. Espero que num futuro bem próximo o sol da esperança e da honestidade esteja a brilhar para o povo e governo daquele município.

Muito obrigado, — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, no Grande Expediente.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivan Gubert.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França.

Obedecendo a ordem de inscrição, concedo a palavra ao Sr. Deputado Roberto Requião, Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Antônio Fonseca, (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Hermas Brandão, (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana, (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última campanha eleitoral, numa época em que no Oeste não chovia como está chovendo hoje lembro-me de um dia, num bairro populoso de Cascavel, numa rua sem asfalto, ver água correndo no meio da rua, onde crianças brincavam.

Perguntei a razão daquela água, se vinha de algum posto de gasolina, o porquê de, sem chuva, estar aquela água correndo naquela rua daquele bairro populoso de Cascavel.

Fui verificar e a falta de esgoto da nossa cidade, fazia com que as crianças estivessem brincando naquela água, produto da falta de saneamento básico em Cascavel, produto até da falta de fossas sépticas, naquele município.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Piraí do Sul, Andirá, Cornélio Procopio, além de Maringá, Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Apucarana, todas cidades já com seu sistema de esgoto implantado. Cascavel, a quinta cidade em população no interior do Estado, não tem ainda sequer um metro de esgoto construído pela SANEPAR.

Fica o nosso apelo ao Secretário do Planejamento, ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, para que coloquem no próximo Orçamento, como prioridade, — que já é da SANEPAR — a construção da rede de esgotos em Cascavel.

Os recursos necessários já avaliados, na primeira etapa, do projeto já concluído, serão da ordem de cinco bilhões de cruzeiros. É prioritário para a SANEPAR, que não se entende que numa cidade com a concentração populacional de Cascavel, até hoje não tenha a SANEPAR investido um cruzeiro sequer, em sequer um metro de esgoto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tenho acompanhado de perto todas as reuniões havidas entre as Cooperativas de Eletrificação Rural do Estado do Paraná, a COPEL, a Secretaria do Interior, o INCRA e FECOERPA, que é a Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Estado do Paraná e o Banco do Brasil; tenho acompanhado porque a eletrificação rural tem uma função preponderante na fixação do homem no campo, e tenho verificado que na minha região, no Oeste do Paraná, o fascínio pelo conforto da cidade que pode, em parte, ser alcançado no campo, através da energia elétrica, tem levado com que aumente o êxodo rural.

Nós, do Paraná, que já perdemos quase a metade dos proprietários rurais, que vimos, nos últimos dez anos, ser reduzida praticamente à metade o número de propriedades rurais no nosso Estado, ver aumentando progressivamente o número de bóias-frias, empenhamo-nos em campanha eleitoral, em lutar para que este conforto que é possível através da energia elétrica, fosse também alcançado, pelo homem do campo. E ao estudarmos, acompanhando essas reuniões, na COPEL, mais de perto, também o problema da eletrificação

Rural deparamo-nos com dois aspectos importantes e que devem ser melhor analisados:

O aspecto é o relacionamento entre a COPEL e as Cooperativas de Eletrificação Rural, primeiro aspecto, e o segundo é o alto custo da eletrificação rural, em função, principalmente, pelo alto custo do padrão exigido nas linhas de transmissão pela COPEL.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) É muito oportuno o seu pronunciamento, nobre Deputado Mário Pereira, com respeito à eletrificação rural no Oeste do Paraná, e eu levaria esse problema, que também existe no Sudoeste.

Fator preponderante para o desenvolvimento e a fixação dos homens no interior, a energia elétrica, sem dúvida alguma não é um luxo, é uma necessidade para o homem que mora no interior, e por incrível que pareça, o Estado do Paraná, gerador de energia elétrica em sua grande quantidade, exportando energia para outros Estados, inclusive tem uma deficiência na eletrificação rural, perdendo assustadoramente para Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Um fator que Vossa Excelência aborda nesta tribuna, de uma valia muito grande, e que merece realmente profundos estudos, é o alto custo da eletrificação rural, que deve merecer, por parte dos órgãos competentes, um estudo mais profundo para que a energia possa ser distribuída aos homens que moram no interior, àqueles que, dentro das suas propriedades, necessitam de energia para poderem produzir mais e viver melhor, tenham condições de, por um preço menor, possuir também a eletrificação que tanto necessitam.

Nr bre Deputado, eu endosso as suas palavras e acho que precisamos desenvolver um trabalho muito grande através da COPEL da Secretaria do Interior, dos órgãos competentes, para que possamos aquinhoar as regiões do Paraná, mormente Oeste e Sudoeste, com eletrificação rural, tanto que, no Oeste, somos a região que mais perdeu terras no Paraná, com a construção de hidrelétricas, e as regiões que menos possuem esse benefício.

Estou ao seu lado nessa luta em favor da eletrificação rural para a região Oeste e Sudoeste do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Agradeço o aparte do Deputado Caíto Quintana.

Prosseguindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu estava destacando dois pontos: o primeiro é o relacionamento entre as Cooperativas de Eletrificação Rural e a COPEL, e o segundo ponto que deve ser analisado é o padrão construtivo da COPEL, no primeiro ponto, um breve histórico:

As Cooperativas de Eletrificação Rural foram criadas, no Paraná, sob a inspiração da própria COPEL, porque era possível e hoje ainda é possível, conseguir recursos para a eletrificação rural, através do GEER — Grupo Executivo de Eletrificação Rural do Ministério da Agricultura, recursos esses que a COPEL como concessionária de energia elétrica ligada ao Ministério das Minas e Energia, não consegue captar: em função disso, houve um incentivo para a criação das Cooperativas de Eletrificação Rural.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a COPEL, Companhia Estatal do Paraná que explora a energia elétrica não podia fugir à regra, ao modelo implantado no País, um País em que os Presidentes, de 64 para cá, sem condições de realmente comandar o País, fez com que aparecesse a figura do super Ministro, que ocuparia o lugar do verdadeiro comandante da Nação. Como o super Ministro hierarquicamente não era superior aos chefes de outros Ministérios, acabou-se vendo no Brasil até os dias de hoje, um completo

desencontro entre as políticas de cada um dos Ministérios, políticas estas que os Ministérios se baseavam nas políticas de suas companhias estatais, que, em última análise, faziam uma política global de forma isolada do nosso País.

Desta forma, cada estatal preocupava-se especificamente com o problema seu, e assim a ELETROBRÁS preocupava-se com a energia elétrica, a SIDERBRÁS com o problema da siderurgia, e as empresas estatais assim atuavam e atuam até hoje, e a COPEL não podia fugir à regra desse modelo criado no Brasil. A COPEL isolou-se de tal forma que os problemas do Paraná não eram problemas da mesma, esquecendo-se ela do objetivo e da finalidade social e assim é que a encachoeirou de concreto o rio Iguaçu, o rio que seria a integração do Paraná, da região oeste e sudoeste até Curitiba, sem se preocupar com esse rio que seria a hidrovía da integração, sem se preocupar com as vantagens que teria o Rio Iguaçu desde que explorado de maneira total, inclusive para navegação.

É assim ainda, a COPEL, hoje, quando reage contra a iniciativa de se tornar navegável o Rio Ivaí, alegando que KW instalado no Rio Iguaçu é 500 dólares e no Rio Ivaí é 800, e o problema da COPEL é produzir e vender energia elétrica.

Esta era a COPEL, porque ela está mudando, está voltada somente para os seus próprios problemas e interesses específicos como se fosse uma empresa particular, mercantilista que não tivesse função ou objetivo social.

E, desta forma, voltada para seus próprios problemas, passou ela a boicotar as cooperativas de eletrificação rural que ela mesma, anos antes, havia incentivado a criação e as cooperativas de eletrificação no Paraná em número de vinte, estão todas à beira da falência.

Não bastasse a COPEL, o Ministério das Minas e Energia, através do DENAE que elabora a legislação a respeito da exploração da energia elétrica, também contribui com normas para inviabilizar economicamente as cooperativas de eletrificação rural.

Mas as Cooperativas, Srs. Deputados, Sr. Presidente, têm um outro papel que a COPEL não pode assumir. As Cooperativas de eletrificação rural nascem, brotam de movimentos comunitários. As cooperativas de eletrificação rural são dirigidas por homens da lavoura. As cooperativas de eletrificação rural hoje já não se preocupam somente com a eletrificação rural. Preocupam-se com a telefonia rural, que também leva o médico junto ao homem do campo, que leva mais conforto ao homem do campo.

As cooperativas de eletrificação rural que são o movimento de uma comunidade no campo, se preocupam hoje também como mini poços artesanais, levando água às populações rurais, possibilitando também a irrigação, campo que a COPEL não pode também intervir.

Não podemos nós, portanto, paranaenses, permitir que uma empresa nossa venha a trabalhar no sentido de matar esse movimento que nasce da base, que nasce que brota do campo em defesa dos interesses do homem do campo e que fazem com que este possa continuar ali, plantando e produzindo. Mas, isso vinha acontecendo. Estão em estado pré-falimentar praticamente todas as cooperativas de eletrificação rural.

O Sr. Edgard Pimentel — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento)

Vossa Excelência traz à Casa um assunto deveras importante e que vem ao encontro dos mais elevados interesses da nossa Região Oeste e por extensão, a região Sudoeste.

Quero voltar um pouco ao início do seu pronunciamento e parabenizá-lo por esse esforço, no tocante à proposta que ora

o eminente Deputado apresenta ao Governador do Estado, no sentido de que recursos sejam alocados para um trabalho que a sociedade de Cascavel, como um todo, reclama e quer há longo tempo. Trata-se da elaboração do plano e a execução da obra do sistema de esgoto daquela cidade.

Disse bem o Deputado, que hoje Cascavel é uma das mais importantes cidades do Estado, e carece ainda de uma rede de esgotos. E certamente esta obra, uma vez edificada, realizada, trará não só conforto e melhores condições para a população, que nela habita, mas certamente irá dar um avanço maior, em dimensão maior, para que o progresso de Cascavel e por extensão a toda a região, se verifique nesta quadra.

Parebenizo também, Deputado Mário Pereira, a sua colocação com referência ao trabalho de eletrificação rural. Sei que o eminente Deputado, como eu, temos compromissos com os agricultores, porque assumimos um pacto, um protocolo com as cooperativas da região, no sentido de, nesta Casa, nesta Assembléia, defendermos os legítimos interesses da operosa classe rural. Entendo que uma vez nós, colocando ao alcance do proprietário rural melhores condições, possa ele auferir dos benefícios que a eletrificação rural leva a todos aqueles que gozam dos seus benefícios.

Esse assunto, essa matéria, como disse, é da mais importante ocasião, e é abordada por Vossa Excelência numa hora muito oportuna.

Acredito que, uma vez conseguidos esses benefícios, tanto na área de rede de esgoto, tão reclamada pela sociedade de Cascavel, quanto na área da eletrificação rural, não menos reclamada pela população rural de Cascavel, do Oeste, do Sudoeste, de todo o Estado, nós sabemos, Sr. Deputado Mário Pereira, que Vossa Excelência tem sido um Parlamentar atento a essas causas, e por isso, colho o ensejo para pabernizá-lo, pela oportuno pronunciamento que faz, nesta tarde.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Agradeço o aparte do nobre

Deputado Edgard Pimentel, e relembro rapidamente, que Ponta Grossa, Maringá, Londrina, Curitiba, têm esgoto. Nas cidades grandes, Guarapuava também; das cidades grandes só falta Cascavel. Mas, além dessas cidades — Piraí do Sul, Andirá, Porecatu, Matinhos, Caiobá e Apucarana e várias outras também têm esgoto. E Cascavel nenhum único metro de esgoto.

Mas, voltando à eletrificação rural, as cooperativas de eletrificação rural, portanto, Srs. Deputados, e quero conchamar a todos os Srs. Deputados do PDS e do PMDB, para que que cerrem fileiras, para que não permitam que morar o movimento nascido no campo e que tanto benefício já trouxe ao agricultor através de eletrificação.

Para que os senhores tenham uma idéia, Srs. Deputados, da desarticulação que existe no Estado do Paraná, por exemplo do que existe no Brasil, temos linhas de eletrificação rural paralelas; temos linhas de 30 km, em que uma vai ao lado da outra, sendo de uma cooperativa de eletrificação e outra da concessionária de energia elétrica, gastando-se dinheiro desnecessariamente, para eletrificar o homem do campo ou mesmo o paranaense.

Esta descoordenação é que se verificou até hoje. Esta descoordenação e este boicote da COPEL chegou a tal ponto que a Cooperativa de Eletrificação Rural de Mal. Cândido Rondon, num certo programa que elaborou e solicitou financiamento para eletrificar 270 propriedades, quando a COPEL tomou conhecimento deste programa, eletrificou as 80 propriedades mais fáceis e mais baratas de serem eletrificadas, inviabilizando o restante do programa e deixando 180 outras propriedades sem eletrificar e sem possibilidades da Cooperativa eletrificar.

Isto era o que ocorria. Em função de reuniões seguidas que têm havido entre as Cooperativas, a FECOERPA, INCRA, Banco do Brasil e COPEL, este quadro está mudando. Mas é preciso que os Deputados desta Assembléia estejam atentos, atentos para que a COPEL, mesmo agora sob uma nova orientação, não continue fechando aos seus próprios problemas e continue nesse processo de abertura, neste contato permanente com as cooperativas, que já frutificou e que posso dizer-lhes que, propostas enviadas pela FECOERPA, e pelas Cooperativas de Eletrificação Rural do Paraná, batizado de "Plano de Reestruturação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Paraná", a COPEL já aceitou a proposta dessas cooperativas e será incluída no próximo plano de Eletrificação Rural do Paraná, também as Cooperativas de Eletrificação Rural.

E se o Paraná pretendia através de um financiamento de 314 milhões de dólares eletrificar aproximadamente 89 mil cooperativas novas, elevando ao dobro o número de propriedades eletrificadas no Paraná até hoje, nós poderemos, com auxílio das cooperativas, ampliar em muito esse número de propriedades eletrificadas, pois as cooperativas poderão obter recursos junto também ao Ministério da Agricultura, através do GER.

O segundo ponto que merece análise, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o padrão da COPEL, que eu solicito a atenção dos Srs. Deputados, para que pressionem neste sentido também. A COPEL, fruto do modelo implantado no País de 64 para cá, voltada somente para os seus problemas, além de ter boicotado no passado as cooperativas, passou também a buscar a perfeição no seu padrão, e isto mesmo tendo recursos, mesmo a COPEL querendo eletrificar, muitas vezes impede que o agricultor possa se beneficiar da eletrificação em função do alto custo do quilômetro de linha de eletrificação rural.

Assim sendo, está em estudo a modificação do padrão no que concerne, por exemplo, alguns tópicos que eu vou citar: a utilização do poste de concreto, substituição do poste de concreto por poste de madeira. O poste de concreto incide em 17 por cento do custo do quilômetro de linha de transmissão.

Estudos estão feitos para se adotar postes de madeira, estudos estão feitos para também, podendo aumentar o vão, a distância entre os postes; utilizar-se cabo de aço no lugar de cabo de alumínio com alma de aço. Estudos também estão feitos para que o transformador da COPEL, que hoje o mínimo é de cinco KVA, que seja reduzido para transformadores de um e meio, de dois, de três, de quatro KVA, possibilitando que o homem do campo, que tem um consumo baixo, que aliás hoje nada consome, porque nem energia elétrica tem em sua propriedade, possa obter esse benefício comprando um transformador de menor potência, mas tendo possibilidade de comprá-lo.

O Sr. Orlando Pessuti — Concede um aparte, nobre Deputado? (Assentimento) Nós o apartamos neste momento, para sermos solidários com o pronunciamento de Vossa Excelência, que faz nesta tarde.

Conhecemos não tão bem como Vossa Excelência o problema da eletrificação, dada a nossa formação profissional, mas conhecemos bem aprofundadamente o problema por que passam as cooperativas de eletrificação rural do Estado do Paraná. E foi com esse objetivo que a Comissão de Agricultura proporcionou, nesta Casa, uma reunião na qual tivemos a felicidade de contar com a presença de Vossa Excelência, ocasião em que nos colocava o pessoal da FECOERPA o problema por que passam as cooperativas de eletrificação rural do Paraná, problemas esses que já eram do nosso conhecimento em função dos constantes contatos

que nós vínhamos mantendo com a cooperativa de eletrificação rural da nossa região, sediada em Jardim Alegre.

E nós entendemos que o pronunciamento de Vossa Excelência é por demais oportuno, haja vista, que entendimentos e negociações estão sendo realizadas entre a Fecoerpa, que é a Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Estado do Paraná, e a Copel, que é a concessionária de energia elétrica do Estado do Paraná, no sentido de se encontrar um ponto de apoio, um ponto de entendimento para que o trabalho dessas duas entidades, ambas valiosas para o meio rural, mas que até hoje vinha sendo muito prejudicado o trabalho das cooperativas, devemos dizer.

Então, nós somos solidários e entendemos ser muito oportuno esse vosso pronunciamento, e somos solidários com ele e estamos juntos nessa luta em defesa do cooperativismo e principalmente agora do cooperativismo de eletrificação rural do Paraná.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Agradeço o aparte do nobre

Deputado Orlando Pessuti e, concluindo os dois pontos analisados, cooperativa de eletrificação rural e o seu relacionamento com a Copel. Em mudança do padrão consultivo, nós poderemos, com a mudança do padrão e com um relacionamento melhor que felizmente está acontecendo com esses mesmos recursos eletrificar não 81 mil novas propriedades mas, quem sabe, 130, 140, mil novas propriedades com o mesmo custo.

E isto é uma meta que depende também do policiamento de cada um dos Senhores Deputados nesta Casa para que, realmente, se mantenha o entendimento de alto nível que hoje está havendo entre as cooperativas e a Copel, e que se mantenha a orientação dada hoje pelo Presidente da Copel, a quem rendo as homenagens, Dr. Ari Queiroz, e ao Diretor de Distribuição daquela empresa, que também rendo as homenagens, Dr. Márcio Mesquita que procuram, de todas as formas, abrir a Copel, juntamente com a orientação do Secretário do Interior, Deputado Nelson Friedrich, verificar que a Copel, fundamentalmente, apesar de não poder ser inviabilizada como empresa, tem um objetivo social a cumprir, tem uma finalidade social. Ela é uma empresa do Paraná, do povo do Paraná...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado. Concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. MÁRIO PEREIRA — É uma empresa do Paraná que tem que estar aberta aos problemas do Paraná.

Concedo, rapidamente, o aparte ao Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Na falta de tempo, eu, apenas, tenho certeza em nome de nossa bancada, queremos hipotecar a solicitação pelo pronunciamento oportuno e dizer da nossa satisfação pela nossa preocupação num assunto que haverá de redimir, realmente, inclusive a nossa agricultura do Estado, para a qual o Governo do Estado está por demais interessado. Haja vista das prioridades expostas por Sua Excelência nos últimos dias. A eletrificação rural e as estradas rurais fazem parte realmente se não da prioridade número um, mas das prioridades das mais prementes do Estado do Paraná nos próximos três anos.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Encerrando, quero dizer que a Copel é hoje a empresa que detém maior acervo de técnicos do Estado do Paraná. Faço um apelo para que



continue a Copel nesta trajetória de abertura e se voltando, cada vez mais, aos interesses globais do Estado do Paraná.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO — Fará uso, por dez minutos, o Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, por dez minutos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se é uma alegria para todos nós, paranaenses, saber que transformações fundamentais se processam na estrutura e no funcionalismo do Governo do Estado do Paraná, visando uma maior abertura e, portanto, uma maior democratização, como acabamos de ouvir pela palavra do Deputado Mário Pereira, no que se refere a uma nova filosofia que se procura implantar na Copel, como de resto em outros órgãos da estrutura administrativa do Governo do Estado, nesta oportunidade, é com tristeza que trago à consideração dos Srs. Deputados um exemplo contrário, que está havendo a nível do Governo Federal. Que procura, num atentado ao princípio federativo e num atentado à Constituição Federal, chamar a si responsabilidades que deveriam estar a cargo de órgãos localizados nos Estados e até nos municípios. E procura também estabelecer bombas de sucção de recursos financeiros, que são de propriedade destas mesmas instituições.

Vamos ao fato. Vossas Excelências conhecem a estrutura dos órgãos que fiscalizam o exercício profissional, os Conselhos Regionais. Vossas Excelências conhecem a estrutura jurídica destes órgãos. Vossas Excelências conhecem as fontes de arrecadação de recursos para o atendimento de suas precípuas finalidades. Pois bem. O Governo Federal, ainda no primeiro semestre do ano passado, num arripio violento à Constituição Federal, instituiu pela Lei nº 4.994, de 26 de maio do ano passado, a obrigatoriedade dos Conselhos Regionais de aplicarem recursos oriundos de suas arrecadações. A não ser mediante a aprovação do Ministério do Trabalho, limitando, portanto, a autonomia desses órgãos, como manda a própria natureza jurídica desses mesmos órgãos. E por outro lado, exemplificando o caso das bombas de sucção, de recursos financeiros, para quem sabe, e engordar os cofres do Governo Federal, o Artigo 4º desta mesma Lei, estabelece que setenta por cento dos saldos financeiros anuais dos Conselhos Regionais, sejam carreados para o Ministério do Trabalho, para que aquele órgão os aplique na formação profissional, na fixação de programas, da formação profissional, nas áreas respectivas. Os Conselhos Regionais todos, inclusive reunidos há pouco tempo, reunião que eu tive a honra de participar, analisaram inclusive parecer que eu tenho aqui em mãos, proferido pelo Jurista Miguel Reale, que mostra a total inconstitucionalidade desses dois artigos e de outros artigos dessa lei que há pouco me referi. Parecer que inclusive aconselha os Conselhos Regionais, a entrarem com o devido processo junto ao Supremo Tribunal Federal, para que esses artigos sejam acionados efetivamente de inconstitucional. E nós, desta Casa, há questão de poucos dias atrás, tivemos a iniciativa de apresentar, duas proposições, dirigidas às Bancadas do PMDB e do PDS, no Congresso Nacional uma delas solicitando que o Ministério do Trabalho, que

está em vias de regulamentar a lei, para aplicá-la, que sustenta a regulamentação da lei, a fim de podermos decidir com relação aos processos que serão dados entrada, possivelmente ainda este mês, no Supremo Tribunal Federal, alegando a inconstitucionalidade desse diploma legal. E por outro lado, nesta Casa, apresentei também um projeto de lei, uma proposição para que se encaminhe à Bancada Federal, um pedido no sentido de estabelecer, um projeto de lei revogando os artigos que são mencionados na proposição, pela sua gritante inconstitucionalidade.

Eu queria informar que é aplicando o dispositivo do Artigo 4º desta Lei Federal, os Conselhos Regionais que são 16 instalados, aqui em Curitiba, não incluindo aí, a Ordem dos Advogados do Brasil, desses 16 conselhos regionais, o saldo do Exercício Financeiro de 1982, setenta por cento desse saldo, apenas os Conselhos Regionais, carrearão para o Ministério do Trabalho, aplicando-se esta lei, o importe aproximado de 35 milhões de cruzeiros; um recurso que poderia muito bem ser aplicado no Paraná e que, no entanto, por força dessa lei inconstitucional nos Conselhos Regionais, são obrigados a remeter ao Ministério do Trabalho, para que esse possa estabelecer programas de formação profissional, quando estes recursos, em se aplicando aqui no Estado e os próprios Conselhos Regionais, poderiam evidentemente ter uma aplicação mais adequada aos próprios interesses da categoria.

Este é um exemplo, Srs. Deputados, do centralismo que impera neste País. Isto é um exemplo de afronta ao Federalismo que nós deveremos ter neste País, isto é uma prova daquilo que já tivemos oportunidade de informar, quando do último fórum de debates nesta Casa, quando afirmamos alto e bom som, que o que precisa neste País, é restaurar a República, em primeiro lugar. Em segundo lugar, restaurar a Federação, porque na realidade, o que há neste País é um governo unitário é um governo federal que tudo pode, impedindo que a sociedade se realize por suas próprias forças, impedindo que os Estados e Municípios, também se realizem com suas próprias potencialidades. O exemplo que eu trago agora, é mais um da necessidade de nós, efetivamente, alcançarmos a abertura no campo político administrativo, alcançar a abertura no campo econômico, para que esta Nação, que é extremamente potente, possa naturalmente alcançar os desígnios que são os anseios da sua população. É dando a liberdade para que as instituições ajam de acordo com seus anseios e suas inspirações e suas necessidades, é que nós faremos deste Brasil a potência que tanto nós desejamos, possamos fazer deste Brasil a Nação líder que está fadada a ser no mais próximo tempo possível.

Sr. Presidente, além deste assunto, quero dizer que na reunião com os representantes dos Conselhos Regionais, também acolhemos uma solicitação relativa à estrutura administrativa do Governo do Estado no que se refere ao ato de posse daqueles que vão ocupar empregos, funções e cargos na estrutura administrativa do Governo do Estado. Que essa posse só se faça mediante a prova total de regularização do detentor de diplomas de ensino superior, de nível superior, junto ao seu respectivo Conselho, porque muitos estão tomando posse sem estarem regularizados no Conselho Regional respectivo. Já apresentamos, neste sentido, um projeto de lei, nesta Casa.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário que lhe é reservado.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO — Por dez minutos,



o Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última terça-feira, estivemos em Brasília, juntamente com o Governador José Richa, com o Secretário da Agricultura Claus Gerner, os Deputados Sabino Campos, Orlando Pessuti, Santinho Furtado e demais lideranças do setor agropecuário estadual.

Os companheiros da Comissão permanente, levaram até os Ministros da Agricultura e da Fazenda, Ernane Galvêas e Amaury Stábile, o que o Paraná sugere diante da atual situação porque se encontra o estado e porque não dizer da nossa agricultura.

Tivemos por mais de uma hora, e lá debatemos a necessidade de sustar de imediato o vencimento das dívidas de custeio, prorrogando-as.

Solicitada a cobertura integral do Proagro e a concessão ao Paraná para a safra de verão de benefícios na área da agricultura, iguais aos concedidos para o Nordeste, isto porque, embora o Paraná seja considerado nas esferas oficiais de Brasília, um Estado rico, nós temos hoje, neste Estado, situação de drama social muito parecido com área de seca do Nordeste.

As periferias do Norte do Paraná, a situação de fome dos bóias-frias, representam a vergonha de um produto de um modelo econômico implantado no Brasil e que hoje estende-se ao campo e que dá apenas o fruto da miséria, o fruto da insustentabilidade da agricultura e do pequeno agricultor. Para esses pequenos agricultores foi sugerido que se organize um sistema emergencial de atendimento, principalmente, porque são eles, agricultores, responsáveis pelo plantio, na maioria de feijão, plantio que se começa em muitas regiões do Estado, já a partir de julho.

Mas além disso, tivemos momentos de importância nesta reunião, quando com o Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, se discutiu a situação em que se encontra o Estado do Paraná no que diz respeito ao seu equilíbrio agroecológico.

O Paraná, num Estado responsável por grande parte da produção brasileira, tem hoje, em função de uma tecnologia estimulada por um modelo econômico, um dos mais graves problemas que uma nação pode ter, que é o problema do seu solo, que está nos dias de hoje sendo carreado para os nossos rios, tirando a cor natural deles e transformando os nossos rios em rios barrentes, em rios que estão carregando o solo paranaense e que estão empobrecendo a cada dia que passa, a maior capacidade que este Estado tem, que é a sua capacidade agrícola. Perdendo a cada ano que passa através do processo erosivo constante de um a 2 cm de solo paranaense.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a natureza leva para formar 1 cm de solo fértil, 400 anos. São 400 anos de transformação biológica, química e física para que o solo tenha condições para a agricultura.

O que o Paraná já perdeu nos últimos 10 anos de solo agrícola, representa um trabalho de 4 mil anos que a natureza levou para formar.

Daí que não nos espanta a situação por que se encontram áreas de agricultura do Paraná como do Noroeste, em que vinte por cento destas áreas estão em processo de desertificação. Estão em processo que as culturas não têm mais sustentação biológica para se formar. Estão em processo que as culturas em função de um modelo econômico, estão precisando a cada dia que passa, mais adubo, mais veneno. Adubo e veneno que é colocado no solo, que a chuva cai, que carrega para o rio e que o rio traz para todas as áreas de abastecimento deste Paraná.

Recentes levantamentos da Superintendência de Recursos Hídricos do Estado do Paraná, constataram que

não existe um só abastecimento neste Estado que não tenha resíduos de DDT, de BHC e de clorados em geral. Resíduos esses que a partir do momento em que entram na água e que chegam na estação de tratamento da Sanepar, não existe controle, não existe capacidade técnica-científica com os modelos comuns de se retirar da água os venenos agrícolas.

O SR. OSVALDO DE ALENCAR FURTADO — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Paulo Furiatti, é com a máxima satisfação que ouço o seu lúcido e necessário pronunciamento porque versa sobre um problema da maior importância para o futuro inclusive, do Estado do Paraná e do Brasil.

Vossa Excelência, como especialista na matéria, sabe perfeitamente que o Paraná hoje é um Estado desarticulado ecologicamente, desequilibrado ecologicamente, e é com a maior satisfação que ouço Vossa Excelência alertar ao Poder Legislativo do Paraná e ao povo deste Estado, para um problema de maior gravidade e, se não alertarmos para ele, ele se agravará de tal forma que amanhã nós não poderemos solucionar.

É importante o seu pronunciamento e seria muito importante que esta Casa e este Poder, levasse ele a importância que ele merece, porque o mau trato à natureza, o mau trato à terra tem sido uma constante dos interesses ambiciosos dos grupos econômicos.

E se nós não proibirmos esta situação; se nós não nos conscientizarmos a população para esta situação caótica em que vive o Paraná e o Brasil, como também está fazendo Vossa Excelência, ilustre Deputado Paulo Furiatti, nós amanhã haveremos de viver ou de não conviver, não temos mais condições de conviver sequer com as enchentes, porque as enchentes, e Vossa Excelência sabe, é a resposta da natureza à ganância do homem, e no próximo ano, com menos chuva nós vamos ter mais enchentes e o homem continuará durante mais 365 dias a desrespeitar a natureza, a desrespeitar o solo.

Então o meu aparte é apenas para dizer que neste final de Legislatura é muito bom ouvir um discurso sério, um discurso onde se procura alertar os responsáveis pela situação do Paraná para problemas da maior importância e da maior seriedade para o destino e o futuro da própria vida do povo do Estado do Paraná.

Meus parabéns, Deputado Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Concluindo, aproveito as suas palavras para dizer que as enchentes que o Paraná tem hoje, que o Brasil tem hoje, não é por vontade e graça de São Pedro, coisa nenhuma, as enchentes que abalam e as características com que elas geram os efeitos neste Estado, é produto de um ato de um profundo desequilíbrio ecológico porque passa o Brasil e porque passa o Paraná, porque o impacto das águas no solo nú, o impacto dos ventos, demonstram, através de estudos científicos, que se quisermos ter uma visão histórica, se quisermos legar às Nações futuras, não devemos adiar este debate, não podemos adiar as soluções.

Há 50 anos atrás a velocidade dos ventos no Paraná, eram de até 20 quilômetros por hora, quando tínhamos oitenta por cento de matas, hoje a velocidade dos ventos do Paraná, chega a 80 quilômetros por hora.

Encontrava-se água a 20, 30 ou 40 centímetros, hoje não encontramos a dois metros porque o lençol freático abaixou.

Diante dessa realidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está na hora de que nós representantes do Povo nesta Casa iniciemos um processo de debates...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica

a V. Exª que seu tempo está esgotado. Concede-lhe dois minutos.

O SR. PAULO FURIATTI — ... para que possamos traduzir em leis as aspirações do Movimento Cível e da sociedade cível organizada.

Desta forma, lembro que está em tramitação nesta Casa, um projeto de autoria dos Deputados Rubenso Bueno, Orlando Pessuti, Sabino Campos e nosso, para que possamos ordenar a questão dos agro-tóxicos neste Estado, e ainda nesta semana em que temos a oportunidade de apresentar um código de uso do solo agrícola no Estado do Paraná, para que tenhamos a oportunidade de iniciarmos uma ação concreta, para que possamos dar um basta no atual processo de desequilíbrio ecológico e que possamos legar uma terra que possa ser plantada e que tenha o que ser colhido.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe resta.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Pelo tempo restante, usará da palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, por nove minutos.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente Srs. Deputados. (Le): "Informações fornecidas por Cícero da Silva Carvalhc Pereira, Diretor Geral da Secretaria de Indústria e Comércio

1 — Em 18 de abril de 1983, o Governador José Richa solicitou ao presidente da Companhia Vale do Rio Doce, a cessão de três funcionários categorizados, para atuarem em áreas da SIC, com o objetivo de estimular as exportações.

2 — O presidente da CVRD, Dr. Eliezer Batista da Silva é pessoa ligada aos Ministros Costa Cavalcanti e Camilo Pena, sendo notória a amizade do Ministro Costa Cavalcanti com o nosso Governador.

3 — Em 24 de maio de 1983, o Dr. Eliezer Batista da Silva respondeu ao Governador José Richa que "considerando os altos objetivos do seu governo, autorizo a cessão solicitada."

4 — Foram cedidos Sebastião Andrade, para a superintendência do CENDI; Henrique Gonçalves, para as funções de assessor técnico do CENDI; Vander Faria, para a superintendência do DETEPAR.

5 — O objetivo do Governo consiste em mesclar a experiência dos técnicos paranaenses, com a experiência dos técnicos cedidos pela Vale do Rio Doce, visando incrementar as exportações em benefício das empresas paranaenses e da economia deste Estado.

6 — Quando em exercício na Vale do Rio Doce, o Sr. Sebastião Andrade era a pessoa que realizava concorrências entre vários consórcios, como diretor de suprimentos, para a contratação de equipamentos, serviços e materiais. Aliás, ele, Sebastião Andrade, é o representante do Brasil no Conselho da Associação Mundial de Compradores, sendo também o seu vice-presidente.

7 — A firma do empresário Francisco Simeão, participa de um consórcio de madeiras da região Norte do País, que concorre com outros consórcios, em concorrências públicas internacionais, entre elas as que são promovidas pela Vale do Rio Doce. Trata-se de uma atividade legítima comercial e normal, dentro das normas estabelecidas por aquela empresa estatal, controlada pelo PDS e pelo Governo Federal.

8 — Quanto à boa vontade manifestada na cessão dos três funcionários aqui referidos, esclarecemos que o Dr. Eliezer Batista da Silva é grande amigo do Paraná, tendo aqui estudado. Por isso ele mantém fortes laços de amizade e interesse no desenvolvimento econômico deste Estado.

9 — A Companhia Vale do Rio Doce mantém os funcionários cedidos em seus quadros, cabendo ao Governo do Paraná, indenizar a Vale do Rio Doce no pagamento dos seus salários.

10 — Estes são os esclarecimentos, e tanto a Secretaria da Indústria e Comércio como o CENDI e o DETEPAR estão de portas abertas para todos os Deputados, a fim de prestar quaisquer esclarecimentos. No governo democrático de José Richa tudo se faz às claras, com honestidade, ao contrário do procedimento viciado que caracterizou o governo anterior, o que será apurado pela CPI da Corrupção."

O Sr. Adhail Sprenger Passos — V. Exª concede um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Já concedo o aparte a V. Exª.

E prova disso — de que tudo se faz às claras é de que no último dia 20 de maio de 1983, a "Gazeta do Povo" divulgou a seguinte nota: (Lê conforme anexo).

"Superintendente do CENDI.

Já assumiu o cargo de superintendente do CENDI - Centro de Desenvolvimento Industrial, Sebastião Carlos de Oliveira Andrade, que até há pouco ocupava o alto cargo de diretor do Departamento de Administração do Material da Cia. Vale do Rio Doce.

Andrade foi cedido ao Governo do Paraná pelo diretor da CVRD, Eliezer Batista, um paranista que ainda mantém vínculos muito fortes com Curitiba, onde estudou por alguns anos."

Concedo o aparte ao eminente Deputado Adhail Sprenger Passos.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Apenas para aditar o seu pronunciamento com relação ao Sr. Eliezer Batista da Silva. De fato quero testemunhar porque fui companheiro de estudos de S. Exª no curso de Engenharia. Formamo-nos juntos, estudamos juntos e fomos formados em 1948. Vê V. Exª que presto este testemunho para comprovar a ligação do Presidente da Companhia Vale do Rio Doce com o Paraná.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o esclarecimento de V. Exª.

Fica, pois, esclarecida a denúncia do eminente Líder do PDS, que se não se der por satisfeito, é evidente que poderá levar o fato à CPI, como foi o seu propósito dito ontem aqui, e poderá ter maiores elementos de esclarecimento. Mas a verdade é que esses funcionários, acusados de serem funcionários particulares do Secretário da Indústria e Comércio, pagos pelo Governo do Estado, são funcionários da Companhia Vale do Rio Doce, companhia estatal do Governo Federal, controlada e fiscalizada pelo PDS. Por isso...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento)

V. Exª poderia informar se o Governo do Estado está pagando, também, a hospedagem desses altos funcionários da Companhia Vale do Rio Doce que, circunstancialmente, são os mesmos que controlam o recebimento das madeiras das firmas do Sr. Francisco Simeão Neto?

O SR. NILSO SGUAREZI — Não tenho condição de informar isso a V. Exª, porque acredito que o Governo não deve pagar hospedagem a funcionário nenhum, a menos de que ele esteja cumprindo função longe de sua repartição de origem. Aí ele terá direito a diárias. Todavia, eu assumi compromisso com V. Exª de trazer esta nova denúncia que V. Exª ...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Gostaria que V. Exª explicasse uma nota que o CENDI está pagando para o Hotel San Martin, no valor de Cr\$ 350.000,00 referente a hospedagem desses funcionários antigos da Vale do Rio Doce e da Secretaria de Indústria e Comércio. E também gostaria que V. Exª solicitasse ao Secretário da Indústria e Comércio, e trarei os elementos oficialmente ao conhecimento da Casa, para solicitar a S. Exª o Sr. Secretário, para verificar como é que anda o telex de S. Exª, e quais são os telex que está escrevendo, na condição de Secretário da Indústria e Comércio, e de devedor

relapso do Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão?

O SR. NILSO SGUAREZI -- V. Exª apresenta um universo de denúncias, e acredito tenha prova delas. Porque efetivamente, V. Exªs ficaram aqui durante os anos em que nós, na Oposição, apresentávamos denúncias, dizendo de que não apresentávamos provas das mesmas.

Temos uma CPI e temos provas das acusações que vamos fazer. Espero que V. Exª também traga estas provas.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira -- Posso provar a V. Exª agora!

Está aqui a prova. Posso passar às mãos de V. Exª agora!

O SR. NILSO SGUAREZI -- Porque, eminente Deputado, se

V. Exª ficar na continuidade desta linha de acusações infundadas e injustas...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira -- V. Exª quer que eu leia o telex?

O SR. NILSO SGUAREZI -- V. Exª me permite?

O Sr. Luiz Alberto Oliveira -- Se V. Exª quiser, eu mostro!

O SR. NILSO SGUAREZI -- Se V. Exª continuar nesta linha de

acusações injustas e infundadas, acabará morto pelo seu próprio veneno, nobre Deputado. Porque acredito seja a função de todo Deputado, de todo parlamentar, colaborar com o Governo do Estado, quando ele defende os reais interesses do Paraná. Parece-me que V. Exª traz, como trouxe, as notícias de que três funcionários -- disse ontem -- estariam sendo pagos pelo Governo do Estado para trabalhar para o Secretário...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) -- A Meas comunica a

V. Exª que seu tempo está esgotado, e concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. NILSO SGUAREZI -- Eu concluo. E agora que nós trazemos a prova de que estes funcionários pertencem à Companhia do Governo de V. Exª, do PDS, V. Exª já pula das acusações de ontem, para outro assunto: as acusações de hoje. Então, V. Exª -- estão me dizendo aí que o telex... e telex é muito fácil de se conseguir. Quero que V. Exª traga, e assumimos o compromisso, porque nós temos um compromisso. O compromisso com a verdade. Se algum homem do Governo José Richa não estiver se pautando pela correção de princípios e pela honestidade, saibam os Srs. que terão em nossa bancada um aliado para desvendarmos e irmos a fundo, porque a nós interessa a verdade. Assumimos um compromisso com a verdade, e iremos até o fundo para apurá-la. Agora, temos prova concreta de que nos Governos anteriores muita gente botou a mão no jarro, e nos vamos até o fundo do jarro.

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE -- Consulto à Liderança do PDS se fará uso de seu horário.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA -- Por quinze minutos, o nobre Deputado Francisco Escorsin.

O SR. PRESIDENTE -- Com a palavra o Sr. Deputado Francisco Escorsin, por quinze minutos.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN -- Sr. Presidente, submeto à apreciação do Plenário, desta egrégia Assembléia

Legislativa do Estado, o requerimento do seguinte teor: (Lê)

"Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Ocupamos a tribuna hoje, para justificar o teor do requerimento já lido, em que reivindicamos com toda justiça os interesses da tão sofrida classe dos aposentados.

O compromisso que o Estado assume com o funcionário aposentado é o de continuar a prover a sua subsistência mas perguntamos, como? Através do rendimento fixo insuficiente de muitos aposentados?

Esta visão podemos definir, como uma ótica limitada do ser humano. O rendimento do aposentado mais antigo, que não atinge um decênio, é fixo e não acompanha o índice de elevação

salarial, do custo de vida, não podendo os mesmos se equipararem aos funcionários da ativa.

Queremos apresentar nosso protesto diante da retirada da Mensagem nº 28/83 e a posterior retenção no Palácio do Governo, Mensagem esta apresentada pelo ex-Governador José Hosken de Novaes que pela sua profunda dotação de humanidade e sentimento cristão, teve a sábia idéia e boa vontade de elaborar a referida mensagem.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Perguntamos: onde está a mensagem do anteprojeto que propõe melhorias aos aposentados?

Por quais caminhos ínvios se perdeu?...

Será por conveniência? Será por conivência? Ou quiçá por displicência?

Qual o qualificativo cabível que daremos a mão criminosa que ocultou ou a cabeça mesquinha que planejou?

Não é hora de querelas nem paixões políticas, diante da urgência do reajuste para a regulamentação do salário dessa classe preterida e relegada ao desprezo por uma classe dominante.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Foram estes os pioneiros desbravadores que nos anos de 1930 a 1950, ajudaram, sem temer as dificuldades encontradas, para desempenho das funções a contento. Com as poucas técnicas que na época existiam, sujeitos a riscos de vida, adquirindo maleita e epidemias que na época não estavam erradicadas, muitos destes hoje aposentados, vivendo o drama da sobrevivência e também de epidemia. Porém agora da epidemia pior que a maleita, que é a falta de reajuste salarial adequado à condição humana dentro da sociedade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

O Senhor José Richa, como Governador do povo paranaense e conseqüentemente dos aposentados, não poderá esquecer que a classe está aflita, à espera de uma solução, que embora tardia, virá sanar seqüelas.

Não dizem os Senhores situacionistas de hoje, que houve erros nos Governos anteriores?...

E por que esperar? Esta é a oportunidade de sanar um deles.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

A problemática do aposentado engloba aspectos que se nos detivermos a analisar, sentiremos vergonha de receber nossos salários ao final de cada mês.

No aspecto social o vemos com falta ou abandono dos familiares, muitas vezes o encontramos em situação desesperadora, separados forçadamente do cônjuge por dificuldades financeiras.

Veze outra, está o aposentado internado num asilo de velhos, por não representarem quase mais nada em nossa sociedade, e porque não dizer? são pessoas que não ganham o suficiente para a sua própria subsistência, obrigando os parentes a praticarem o ato desumano de colocar "o velho num local onde possa terminar de viver os dias que ainda lhe restam".

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Alguém já se deteve analisando o aspecto habitacional do pobre aposentado?...

Na maioria das vezes o encontramos residindo em casebres, envelhecidos e empobrecidos pela falta de recursos financeiros, para reparações necessárias. Outros que não puderam nunca adquirir casa própria se vêem despejados daqui para acolá, descendo na escala habitacional, da pobre para a paupérrima, até o desmantelamento fatal, degradante ao ser humano.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Analisando psicologicamente, inferimos ser algo estarrecedor, a angústia que paira na alma do aposentado, mal remunerado.

Angústia pelo amanhã, pela insegurança, pela insatisfação,

do não reconhecimento, por tudo que fez de bom em seu trabalho no vigor da mocidade.

Angústia sim, nobres colegas, pela sua dependência física e financeira e se olharmos os mecanismos de defesa que ele usa para viver; veremos a restrição do Eu, que é uma espécie de encolhimento que o aposentado mal remunerado, faz em torno de si mesmo, face às dificuldades externas, retirando-se de todas as situações que possam acarretar-lhe o temido desconforto, com aquilo que lhe é tão difícil de suportar.

É quando ele percebe todas as suas perdas e sofre com elas. Então intimamente, ele vive um tempo de luto e uma espera da morte.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Sentimos revolta, quando pensamos na saúde e no aspecto físico dessa pobre classe, tão diverso do homem forte e sadio que serviu outrora o Estado, alguns encolhidos, encurvados todos tristes e acabrunhados, com dificuldades até de locomoção, doentes, reumáticos, cardíacos e paráliticos, necessitando sempre de atendimentos médicos e de enfermagem e até de hospitalização.

Perguntamos culturalmente?...

Encontraremos muitas vezes com dificuldade de convivência, entrando em conflitos com a própria família, causando conflitos onde vai, às vezes tentar reclamar, um direito adquirido pela aposentadoria. Mas, que nós, a sociedade até hoje relegamos.

Poderemos continuar protelando a solução para essa classe marginalizada?... Ante a pergunta só poderemos, independentes das paixões políticas ou orgulho partidário, unir nossas vozes e forças, num apelo veemente, para que uma solução seja tomada, em benefício dessa classe que serviu à máquina burocrática do Estado.

Um riso, um não, ou o descaso só poderá partir do inconseqüente que pensar nunca chegar um dia à condição de aposentado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O homem brasileiro infelizmente não tem uma educação conscientizadora de sua vida finita. Face a essa falha educacional, fazemos um apelo profundo sem afrontas. Propomos para uma alternativa, de ruma reflexão introspectiva, nos colocarmos no lugar do aposentado com renda fixa insuficiente à sobrevivência de muitos anos, independente da elevação do custo de vida, e da inflação galopante. Imaginem-se com todos os problemas do aposentado, com os anos lhe pesando às costas, com a angústia lhe pairando na alma, locomovendo-se com dificuldades, todos os meses atrás daquilo que é uma vergonha ser chamado de salário.

Há razões pela qual devemos elevar nossas ações governamentais a um plano ético mais elevado. Isto por amor ao convincente exemplo apresentado pelos funcionários públicos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Nosso chamamento de consciência e de responsabilidade ao Senhor Governador do Estado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Fazendo uma comparação de salários entre funcionários da ativa e inativos, observamos que os salários antigos caíram em desníveis inferiores ao mínimo vital.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Queremos apresentar o nosso apelo, no interesse de que essa mensagem seja novamente analisada, se for o caso, preenchidas lacunas se por ventura existirem, para que o problema do servidor público aposentado seja resolvido dentro da maior brevidade possível. Não importa a autoria ou partido político que formulou e encaminhou a mensagem, mas, sem qualquer discriminação àqueles, que irão batalhar e concluir o ato que irá beneficiar a tantos seres humanos. Afinal a aposentadoria tem

um fundamento de justiça, por que não reparar com urgência as injustiças outrora cometidas?

Sigamos os ensinamentos bíblicos em eclesiástico: não sejas como o leão na tua casa aterrando os teus domésticos, e oprimindo os teus súditos.

A tua mão não esteja aberta para receber, e fechada para dar.

Não desprezes nenhum homem na sua velhice, porque os que envelheceram foram como nós.

Confiemos e acreditamos piamente que o Governador José Richa, há de compreender este apelo que formulamos, e devolva para o Legislativo a mensagem já elaborada pelo Governador José Hosken de Novaes e possamos premiar os aposentados com os reajustes salariais justos e reclamados."

**O Sr. Adhail Sprenger Passos** — Vossa Excelência permite um aparte?

**O SR. FRANCISCO ESCORSIN** — Concedo o aparte ao nobre Deputado que me solicitou.

**O Sr. Adhail Sprenger Passos** — É o Deputado Adhail Sprenger Passos, aqui Deputado. Eu estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Exª, aliás, elaborado com muito sentimento, o que o louvo. Quero dizer a V. Exª que me estranha a falta de sensibilidade humana dos governos que aposentaram estes homens, que hoje estão na situação que V. Exª muito bem retrata. Quero louvar a sensibilidade humana do Governador Hosken de Novaes, que mandou a esta Casa, uma mensagem para regularizar a situação terrível dos aposentados do serviço público estadual.

Quero lamentar também a insensibilidade desta Casa na Legislatura passada, que não aprovou a mensagem encaminhada pelo Governador Hosken de Novaes.

E quero responder o apelo de V. Exª. Preocupado com este problema, estive reunido com determinados grupo de aposentados, e a mensagem do Governador Hosken de Novaes, quando estava aqui nesta Casa, pelas suas imperfeições levantadas pelos próprios aposentados, deu-me oportunidade para apresentar seis emendas ao projeto de lei. E este projeto voltou ao Executivo. Por quê? Porque o Executivo no governo passado não determinou, ao elaborar o Orçamento para 1983, sequer fez o levantamento dos recursos financeiros necessários, para o atendimento da lei que estava mandando, do projeto que estava mandando à Assembléia.

É o que o Governo atual está fazendo. De nada adianta o projeto regulamentando um novo cálculo dos proventos dos aposentados do serviço público estadual, se não houver os recursos específicos no Orçamento para pagá-los. É isto que o Governo Richa está a fazer, como está a fazer também no que tange ao 13º salário e a semestralidade.

Esta Casa receberá, tenho certeza, em agosto o retorno da mensagem que V. Exª está examinando.

**O SR. FRANCISCO ESCORSIN** — Eu agradeço o aparte do nobre Deputado, e já analisando a mensagem, vi as emendas apresentadas por V. Exª.

**O Sr. Erondy Silvério** — V. Exª permite um aparte? É apenas um minuto, nobre Deputado. **(Assentimento do orador)**

Apenas para contraditar o nobre Deputado Adhail Sprenger Passos. Ora, nós conhecemos matéria orçamentária e muito bem. Quando o Governo manda mensagem a esta casa, indica evidentemente a fonte de recursos. E o Orçamento não é inflexível. O Orçamento existe para ser emendado. O Poder Executivo tem todos os instrumentos legais a sua disposição para transposição de dotações orçamentárias.

Portanto, esta argumentação é falha, e não houve insensibilidade na Legislatura anterior, porquanto a mensagem chegou aqui praticamente no recesso do período legislativo que se encerrava.

E na reclassificação, esta Casa deu um grande passo, em favor do funcionário aposentado do Estado, determinando que,

em nenhuma hipótese, o aposentado poderia perceber menos do que o inicial da carreira. Portanto, nós não aceitamos essa observação, essa colocação do nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, que mostra estar desinformado quanto ao trabalho dos Deputados aqui, na Legislatura anterior.

Eu agradeço a V. Exª.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN -- Eu agradeço ao nobre Deputado o aparte e era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) -- Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, por dez minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

Antes de fazer uma apreciação a respeito dos recursos mandados pelo Governo Federal ao Governo do Estado, desejo colocar mais uma indagação. Há uma série de indagações a colocar a respeito do Secretário da Indústria e do Comércio, e do uso indevido que S. Exª está fazendo da máquina administrativa. estadual. Vou mostrar aqui e vou até passar às mãos do Líder do PMDB e do Governo nesta Casa, um telex passado pelo Secretário, pela Secretaria, solicitando sabe o quê, Senhor Presidente? Um desconto especial aos funcionários da Secretaria da Indústria e do Comércio num hotel. Qual hotel? Brasília, São Paulo para tratar de assuntos de exportação, Rio de Janeiro? Não, São Luiz do Maranhão, Hotel Vila Rica: "consultamos essa gerência no sentido de estudar concessão de desconto especial aos hóspedes que se identificarem como servidores da Secretaria da Indústria e do Comércio do Paraná".

Ora, Senhor Presidente, é preciso a CPI da corrupção analisar o trimestre do Governo José Richa. Desejo agora, Senhor Presidente, registrar que um órgão do Governo Federal, vinculado ao Ministério do Interior, a Superintendência do Desenvolvimento do Extremo Sul - SUDESUL, aprovou plano de aplicação do Governo do Estado, que alinha municípios e recursos que serão repassados daquele Ministério, para cobrir prejuízos causados pelas chuvas e enchentes que assolaram o Paraná nos últimos meses. São providências de apoio do Governo Federal à administração do Sr. José Kalil Richa, Governo do PMDB, que beneficiarão 87 municípios paranaenses, num total de trezentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros.

É bom acentuar, para que fique bem caracterizado esta providência que o Governo Federal está repassando recursos à uma administração que lhe é oponente e é alvo de repetidas e contundentes críticas dos representantes do PMDB, inclusive da liderança do Governo José Richa, nesta Casa. Além dos 87 municípios já beneficiados, outros 34 receberão verbas, num montante que está sendo definido, e outros mais serão incluídos em relação que está sendo concluída pelo Governo do Estado, para receberem recursos por força de termo de acordo, que será assinado entre a SUDESUL e a administração do Sr. José Richa.

É justo que se reconheça, que esta ajuda aos municípios paranaenses, decorre das gestões realizadas pela bancada de Deputados Federais e Estaduais do PDS, que contaram com o apoio do Presidente do Diretório Regional do Partido, o ex-Governador e ex-Deputado Federal Paulo Pimentel e do ex-Presidente do PDS, Ney Braga, que empreenderam viagem a Brasília com este objetivo, e a da firme disposição aqui manifestada pelos Deputados Estaduais do PDS, de empreenderem esforços conjuntos para com a representação do PMDB, para que realizássemos uma ação suprapartidária, visando obter recursos do Governo Federal, para ajudar as administrações municipais nesta emergência que estão enfrentando, face às chuvas que têm castigado a economia estadual, causando grandes prejuízos ao povo paranaense.

Aí está o primeiro resultado...

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exª permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... de um trabalho levado a

efeito acima das divergências políticas e dos interesses partidários, que beneficiará os municípios paranaenses. E um exemplo de que, sem discriminação aos seus opositores, o Governo Federal, Governo do PDS, presta ajuda e colaboração à administração do PMDB do Paraná.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -- Na conclusão, nobre Deputado.

Cabe ressaltar que, no valor total de trezentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros, agora repassados pelo Ministério do Interior e SUDESUL, o PDS detém a prefeitura de 36 municípios, isto é, quarenta e um por cento dos municípios beneficiados, que receberão oitenta e nove milhões, seiscentos e nove mil e duzentos e trinta e nove cruzeiros, correspondentes a vinte e quatro por cento da verba total. Enquanto isto o PMDB detém as prefeituras de cinquenta e um municípios, que representam cinquenta e nove por cento do total das prefeituras agora beneficiadas, e que receberão o montante de duzentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e noventa mil e setecentos e sessenta e um cruzeiros, equivalentes a setenta e seis por cento do total dos recursos liberados nesta oportunidade pelo Governo Federal, presidido pelo Presidente João Figueiredo.

Cabe também destacar que as prefeituras do PDS receberão, em média, dois milhões, quatrocentos e oitenta mil cruzeiros. Enquanto as prefeituras do PMDB, do Partido da Oposição ao Governo Federal, receberão em média cinco milhões e quinhentos e noventa e seis mil cruzeiros.

Diante desta exposição, temos a demonstração cabal de que o Governo do Estado está tergiversando, quando sai pelo Interior paranaense a dizer, sem o menor fundamento, inclusive com eco entre os Deputados do PMDB nesta Casa...

O Sr. Ferrari Junior — Permite-me um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... não aceita a co-gestão para aplicação de recursos do plano de apoio aos pequenos e médios núcleos urbanos, elaborado ainda na administração Ney Braga, no total de 150 milhões de dólares.

Os fatos que acabamos de apresentar na distribuição de recursos da SUDESUL, ao contrário das afirmações do Governo José Richa e de seus partidários, estão a comprovar exatamente o contrário do que dizem, pois os maiores beneficiários estão sendo os municípios com prefeitos do PMDB.

A realidade está a demonstrar que é preciso dizer basta às balelas do Governo do PMDB, que se faça uma exortação ao Governador, para que rompa de vez com o imobilismo de sua administração e trate de pôr em execução um programa de trabalho, voltado para as reais necessidades de desenvolvimento e bem-estar da população paranaense. Pois nesta tarde de pioneirismo empreendedor, não há lugar para um Governo que fique apenas dormindo. Dormindo um sono profundo em que mergulhou com a vitória nas urnas. É preciso despertar e despertar logo, para as novas realidades paranaenses.

É isto que o povo paranaense está a dizer ao Sr. José Richa, ao Governo do PMDB.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exª permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -- Concederei, pela ordem, os apartes aos Deputados Gabriel Manoel, posteriormente aos outros que solicitaram.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado. Concede-lhe um minuto para concluir.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Luiz Alberto, V. Exª hoje...

O Sr. Ferrari Júnior — Que democracia! Depois o líder do PDS reclama quando não lhe dão aparte.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Luiz Alberto, V. Exª hoje da uma lição de democracia. — (Risos da Bancada do PMDB).

O Sr. Gabriel Manoel — Sr. Presidente, (Pela ordem), (Profere palavras injuriosas aos Deputados do PMDB).

Meu aparte, Deputado Luiz Alberto Oliveira, depois disso, ficou por isso mesmo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa determina às notas taquigráficas que expunjam dos anais da Casa, os termos que não condizem com a responsabilidade deste Poder.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª, utilizando-se de um critério de justiça, também advertisse à Bancada do PMDB, que jocosamente sorriu no momento em que o Deputado Gabriel Manoel falava.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa quando adverte ao Plenário, não nomina os Srs. Deputados. A advertência é de um modo geral.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas concluindo, o pronunciamento, que para afirmar ao nobre Deputado Ferrari Júnior, que não concedi o aparte a S. Exª, quando solicitado, da mesma forma que não o fiz quando solicitado pelo Deputado Ailton Cordeiro nem pelo Deputado Gabriel Manoel. S. Exª o Deputado Ferrari Júnior foi o terceiro solicitante do aparte.

O SR. PRESIDENTE (Faz soar os tímpanos) — A Mesa comunica ao orador que seu tempo está esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA;

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 22/83, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, e que altera dispositivos da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970. (ESTATUTO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL). Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., e EMENDA SUBSTITUTIVA da C.F. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Emenda, aprovada. Projeto, aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 40/83, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 150 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970. (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO). Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 84/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 67/83), e que aumenta em 35% (trinta e cinco por cento), a partir de 1º de julho de 1983, os vencimentos de cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do funcionalismo do Estado, conforme específica. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 05/83, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 39 do Regimento Interno. (ALTERA O NÚMERO DE MEMBROS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA). Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., e COMISSÃO EXECUTIVA, por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 60/83, (Mensagem nº 43/83, ex-Proposição nº 47/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado em 14 de março de 1983, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Superintendência das Campanhas de Saúde Pública com a interveniência da SUDESUL e objetivos que especificam no Município de Foz do Iguaçu e outros daquela região. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 33/83, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que acresce de inciso que específica, ao art. 39 do Regimento Interno. (COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS). Com Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e COMISSÃO EXECUTIVA, por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

— Em votação.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Duas observações: a primeira, quando não declinei o nome do ilustre Deputado Adhail Sprenger Passos, quando me referi ao Deputado que presidiu duas reuniões de Comissões Permanentes, ao mesmo tempo, e não houve nenhum demérito, Sr. Presidente.

Tanto que não declinei o nome do Deputado. Se fiz a referência foi para dizer a falta de espaço físico que esta Casa tem. Tem que criar, ainda mais Comissões, que nós sabemos muito bem, ao longo dos anos, como elas se reúnem nesta Casa. E todos nós sabemos.

Portanto, apenas um registro, pelo respeito que nutro e que tenho pelo ilustre Deputado Adhail Sprenger Passos. Não houve nenhuma outra intenção minha, senão a de dizer, com bastante clareza, que nós não temos além do funcionário que referiu-se, de início, o Deputado Mário Pereira, da dificuldade de Secretários para as devidas comissões, não temos espaço físico.

Respondendo à interrogação que fez o Deputado Caíto Quintana, que falou em redundância na competência das referidas Comissões propostas nesta oportunidade, quero fazer a leitura apenas do artigo 48 do Regimento Interno da Casa, que diz das "Atribuições das Comissões Permanentes" (Lê):

Acho que responde o Regimento Interno à interrogação do Deputado Caíto Quintana.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em votação o Projeto de Resolução 33/83.

O SR. SÉRGIO SPADA (Para encaminhamento de votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vejo com muita simpatia, hoje, a possibilidade de nós criarmos, nesta Casa, mais duas comissões. Evidentemente nós levamos em considerações as ponderações feitas pelo Deputado Basílio Zanusso, de que a Casa não comporta, não tem espaço físico para que estas comissões funcionem.

Acho eu, acredito, que esse não seria um argumento para nós deixarmos de passar, de aprovar estas duas comissões, que, vejo eu, muito valorizarão este Poder Legislativo, diga-se de passagem, um Poder que, ao longo dos anos, teve afastado o povo do seu convívio.

A "Comissão de Reivindicações Populares" será um canal para que o povo, efetivamente, possa vir a esta Casa, trazer os seus anseios, as suas reivindicações.

Essas "Comissão de Direitos Humanos" não foge à regra. Será através dessa comissão que nós, Deputados, poderemos defender os direitos do ser humano que vem sendo, em muito, vilipendiado, vem sendo o nosso povo sacrificado, pisoteado, e teremos, nesta Comissão, a oportunidade, por ser esta uma Casa em que aqui estão os legítimos representantes do povo, o povo possa até aqui expor livremente, com liberdade, os seus desejos, as suas queixas e as suas reivindicações.

E é por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que aprovamos e até, porque não dizer com certa alegria, a criação dessas duas comissões nesta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em votação o Projeto de Resolução nº 33/83.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Para encaminhar) Sr.

Presidente, esta Casa não sabe das deficiências que os seus parlamentares têm para o exercício das suas atividades, a nível de comissão, socorre razão portanto, ao Deputado Basílio Zanusso, quando denuncia a falta de elementos humanos e de recursos materiais para o desempenho das funções, é e exatamente por isto que, ontem, alguns Deputados da bancada do PDS e da bancada do PMDB, reuniram-se com a Comissão Executiva e com a Empresa Consultora contratada por este Poder, para propor uma nova sistemática de trabalho nas Comissões Legislativas. É necessário realmente, para que se possa dar andamento ao trabalho das Comissões já existentes e das propostas, igualmente das CPI(s) e das Comissões Especiais, que, este Poder se aparelhe no sentido de dotar os Srs. Deputados membros das Comissões, com melhores condições de desenvolverem os seus trabalhos nas Comissões Técnicas Permanentes da Assembléia Legislativa. E eu iria mais longe até, Sr. Presidente. E preciso que haja uma reforma no Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Eu gosto muito de citar uma frase de um grande parlamentar brasileiro, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, o ex-Deputado pela Bahia e pelo Estado do Rio, Aliomar Baleeiro, o saudoso Professor Aliomar Baleeiro dizia que, o Congresso Nacional, nas Comissões era o Congresso Nacional trabalhando, e o Congresso Nacional em Plenário, era o Congresso Nacional em exibição. Nós entendemos, nós da bancada do PDS entendemos, que é necessário dar um destaque especial a um trabalho sério, que pode ser desenvolvido no Parlamento, através das Comissões Permanentes desta Casa, mas para que isto seja possível, e para que as comissões propostas produzam os seus efeitos e creio que esta é a preocupação do eminente Deputado Basílio Zanusso, que ao longo dos anos vem desempenhando o seu mandato, com saber, com consciência e com dedicação à causa pública, é preciso que o Poder Legislativo realmente passe por uma reformulação, uma reestruturação, oferecendo aos Srs. Deputados das duas bancadas, as condições necessárias para o desempenho dos seus trabalhos!

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Em votação o Projeto de Resolução nº 33/83. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 33/83, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que acresce de inciso que especifica, o art. 39 do Regimento Interno. (COMISSÃO DE REIVINDICAÇÕES POPULARES). Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e COMISSÃO EXECUTIVA, por unanimidade. — Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu entendo que as dezessete ou dezoito Comissões Permanentes existentes na Casa, podem atender muito bem, a todas as reivindicações populares do Paraná, nesta Casa, através dos Srs. Deputados.

No inciso primeiro do Projeto de Resolução de S. Ex<sup>a</sup> Deputado Trajano, ilustre Presidente desta Casa, diz que o objetivo é de conceder audiências públicas semanais a pessoa física maior de dezoito anos, eleitor, que tenha votado no último pleito ou a representantes de pessoas jurídicas, legalmente credenciadas. Depois seguem vários incisos de uma ampla justificativa do objetivo e do propósito, da proposição que se discute.

A exemplo, e quero antecipar-me, há outra proposição no mesmo sentido, que cria mais uma Comissão Permanente nesta Casa, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que será a próxima matéria a ser discutida e votada nesta oportunidade. Quero pronunciar-me contrário à aprovação de ambas as proposições, porque repito, não vejo e não entendo, porque criar-se mais duas Comissões Permanentes nesta Casa, quando nós já temos um número necessário, bastante capaz, para atender todos os reclamos dos paranaenses, porque aqui nesta Casa estão os seus representantes, eleitos pelo voto direto universal, secreto etc..

A propósito do acesso fácil do popular, do cidadão comum, a esta Casa para apresentar as suas reivindicações eu acho que os nossos gabinetes estão todos eles de portas abertas à população paranaense, para através deles, os Srs. Deputados aqui transmitirem os pedidos, os clamores dos paranaenses.

Não só isso. Eu entendo também, que cada um de nós parlamentar, viaja e contata constantemente, não só com seus eleitores, mas com todos os cidadãos do Paraná de todos os níveis e classes sociais, estando portanto desta forma todos nós aptos. Eu entendo, particularmente, o autor da matéria, os autores de ambas as proposições a transmitirem daqui os clamores de seus eleitores ou da população paranaense.

Ainda mais Sr. Presidente, há de se adusir que são tantas comissões, que até de entendimento meu e posso estar enganado, devia se reduzir e não ampliar. Esta Casa não tem sequer salas para as comissões, para as atuais funcionarem.

Hoje participei de uma reunião de uma Comissão Permanente às pressas presidida na sala do Diretor do Departamento Legislativo, porque, ao mesmo tempo, um ilustre parlamentar presidia uma outra comissão, já anteriormente instalada, e outras comissões não poderiam se reunir ao mesmo tempo.

Portanto, DATA VÊNIA Sr. Presidente, entendendo do propósito que realmente é do maior alcance democrático, mas a não existência desta comissão, como a próxima que esta Casa haverá de apreciar, é a "Comissão dos Direitos Humanos", que apresenta o Deputado Caíto Quintana. Eu me pronuncio contrário à aprovação pelas razões expostas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em votação. Para encaminhar Sr. Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, tem havido muita dificuldade para reunir Deputados, em números suficientes



para dar "quorum" nas reuniões das comissões.

Uma funcionária destacada para determinada Comissão Permanente, desta Assembléia, confessou-me que apesar de ser secretário de comissão há muitos anos, não tinha experiência em secretariar reuniões de comissão.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, por exemplo, no ano passado reuniu-se uma única vez, somente para se instalar. Não houve nada importante com respeito a obras públicas, transportes e comunicações, que tenha passado por esta Assembléia, que tenha dado oportunidade àquela comissão de se reunir.

A não reunião das comissões, levou até a um vício nesta Assembléia, que o Departamento Legislativo não envia mais matérias ou não enviava no início desta legislatura às Comissões Técnicas, porque as comissões não se reuniam.

Para que a nossa comissão, a Comissão de Obras Públicas, que eu tenho a honra de presidir, pudesse passar a ter matéria para analisar o Deputado Ivan Gubert, Donato Gulín, Adhail Sprenger Passos e este Deputado, passaram a fiscalizar a Ordem do Dia, sistematicamente e requererem que matérias colocadas em pauta, fossem enviadas para a Comissão de Obras.

Não está sendo mais necessário, Sr. Presidente, entrar com requerimentos. O Departamento Legislativo já enviou as matérias pertinentes àquela Comissão Técnicas que vem se reunindo normalmente, todas às quintas-feiras, às 2:00 horas da tarde.

Assim, a Comissão de Educação, de Ecologia, da Agricultura, sei que vêm se reunindo regularmente e têm aqui debatido assuntos da maior importância para a Assembléia.

Eu vejo que a criação de mais Comissões, dando mais encargos a todos nós Deputados, vai fazer com que todos nós nos conscientizemos, cada vez mais, da importância do funcionamento das Comissões Técnicas, porque lá pode-se debater mais amplamente cada um dos projetos; pode-se discutir e aprofundar as discussões, para que possam vir pareceres embasados ao Plenário.

Acho a nossa iniciativa e a iniciativa do Deputado Caíto Quintana de criar mais duas Comissões Técnicas da maior importância para a Assembléia Legislativa, e aproveito para fazer um apelo para que todos compareçam as suas comissões, que façam reuniões semanais como manda o Regimento Interno desta Casa.

A Comissão de Obras, posso informar, está levantando problemas importantes como o da balança, que, levantado em Plenário não teve a repercussão havida com todos os Sindicatos envolvidos com o problema do transporte no Estado do Paraná.

A comissão tem um papel fundamental no trabalho parlamentar, no trabalho do Poder Legislativo. Portanto acho válido e me parabeno com a iniciativa da criação dessas duas novas comissões.

Obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento eu gostaria de analisar as comissões que estão sendo propostas.

Acharia, como o ilustre representante do PDS, uma redundância se estivesse sendo proposto nessa Casa, alguma

comissão onde já existisse uma outra com poderes semelhantes ou equivalentes.

Acharia desnecessário que se criasse qualquer comissão nesta Casa para tomar prerrogativa direitos ou obrigações de outras comissões já existentes.

Contudo quais as comissões que estão sendo propostas para votação nesta data? A Comissão de reivindicação popular e refutando aquilo que diz o ilustre Deputado Basílio Zanusso, é bem verdade que cada um de nós, indistintamente, no seu gabinete atende as solicitações que lhe vem dos companheiros das suas regiões. Mas o Poder Legislativo é um todo, e uma comissão composta por Deputados de ambos os Partidos, com muito mais seriedade, com muito mais oportunidade, teria mais legitimidade poder receber as aspirações da população.

No momento em que nós falamos em valorização do Poder Legislativo, no momento em que todos nós imbuídos da vontade de transparência desse Poder e participação do mesmo, nas lutas de participação, no momento em que cada um de nós procura corresponder com a confiança popular, e mostrarmos que este Poder está presente nas dificuldades da comunidade, nada mais importante do que comissões sérias, capazes de atender as reivindicações do povo, possam ser criadas para que os deputados de ambas as bancadas, trabalhando conjuntamente, possam dar uma resposta às angústias de nossa gente.

Se concordo com a comissão proposta pelo Deputado Trajano Bastos, de reivindicações populares, não poderia deixar de nesse momento, também quando previamente temos o conhecimento do voto contrário do Deputado Basílio Zanusso, de pedir o apoio desta Casa para a "Comissão de Direitos Humanos".

O Poder Legislativo como um todo, em muito se muitos anos, tem perdido espaço exatamente por estar ausente em todas as barbaridades que ferem os direitos humanos do nosso cidadão, e aqui faça-se uma homenagem à participação ativa e constante da OAB, mas como representantes do povo, temos obrigação, nós Deputados, de estarmos presentes nessa luta!

Eu perguntaria qual comissão, das que já existem na Casa, teria atribuições para estar presente no momento em que os direitos humanos são feridos?

Talvez a Comissão de Agricultura, talvez a comissão de Finanças, talvez a Comissão de Tomada de Contas. Que Comissão poderia fazer esse trabalho, o trabalho de estar presente quando direitos humanos estão sendo feridos?

E quando se cria uma Comissão de Direitos Humanos, nesta Casa, não se pede para a bancada do PMDB estar presente, porque todos nós temos conhecimento que as duas bancadas farão parte desta nova comissão. E desta forma, na participação constante, em favor de tantos e tantos direitos expoliados do cidadão, nós poderemos com o trabalho desta comissão, valorizarmos, cada vez mais, a ação parlamentar e dignificarmos, cada vez mais, o nosso mandato.

Por isso, excelentíssimos deputados das bancadas aqui representadas nesta Assembléia, como componente desta comissão, gostaria que refletisse o deputado que previamente já deu seu voto contrário e que percebesse que o real trabalho que podemos fazer pelas nossas comunidades está, exatamente, dentro das comissões que esta Casa tem. Lá, nós podemos, realmente, mostrarmos que o Parlamento está presente nas angústias de nossa gente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. ADAIL SPRENGER PASSOS — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adail Sprenger Passos.

O SR. ADAIL SPRENGER PASSOS — Apenas, Sr. Presidente, para aproveitar uma observação do pronunciamento do Deputado Basílio Zanusso que afirmou ter havido, hoje, um fato de que um deputado presidia duas reuniões concomitantemente. Quero aqui declarar, que o deputado a que se referia o Deputado Basílio Zanusso é este que hoje, agora, ocupa este microfone para encaminhamento de votação.

Se assim procedemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, foi por uma conveniência pessoal deste deputado que tendo que, normalmente, presidir a Comissão de Educação, às 13.30 horas, hoje, e tendo em vista a necessidade de reunir a comissão que trata das emendas à Constituição Estadual, por conveniência pessoal deste deputado, marcou a reunião da Comissão das Emendas para as 14.00 horas, numa sala contígua, onde iria haver a reunião da Comissão de Educação.

Uma sala que foi ocupada às 14.00 horas quando deixamos a Presidência da Comissão de Educação em mãos do Vice-Presidente, Deputado Odeni Mongruel, dando continuidade àquela reunião iniciada em primeiro lugar, e fomos naturalmente presidir a reunião da Comissão de Emendas à Constituição. E assim o fizemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque nesta segunda Comissão, tratava-se de aprovar redação final de dois projetos de emenda à Constituição Estadual, aprovadas já pelo Plenário desta Casa em primeira e segunda discussões, sem emendas, e a reunião se referia, apenas e exclusivamente, a aprovar a redação final que já era conhecida de todos porque, inclusive, esta comissão esteve reunida num passado anterior onde foram, evidentemente, lidas, exaustivamente, as duas emendas à Constituição.

Os Deputados que, normalmente, comparecem às reuniões das Comissões Técnicas, evidentemente, já tinham conhecimento adequado das emendas, cuja redação final seria aprovar, ressaltando e repetindo o que já disse, que a redação final é idêntica ao projeto original, porque não houve nenhuma emenda de Plenário.

Era o esclarecimento que queria trazer à Casa para que não paírem dúvidas, nenhuma, e ademais, Sr. Presidente, ou favorável à criação da Comissão de Reivindicações Populares, como igualmente sou pela criação da Comissão de Direitos Humanos. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o Projeto de Resolução nº 33/83. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bruno Marques, ocorrido no dia 22 do corrente, no Município de Castro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Salvador Hoffmann, ocorrido no dia 26 de corrente, no Município de Lapa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo

estudos junto ao DNER, possibilitando a construção de um viaduto na BR-376 (Rodovia do Café), no cruzamento da Vila Vendrami, bem como na altura do Núcleo Residencial Santa Paula, entroncamentos das vias de acesso Palemeira-Ponta Grossa e Curitiba-Norte do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o revestimento com cascalho em 80 km nas estradas rurais, no Município de Janiópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a recuperação da estrada que liga Cubatão a Garuva, no Município de Guaratuba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo estudos para a pavimentação asfáltica que liga, numa extensão de 24,5 km o Município de Salto do Itararé a Siqueira Campos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de pontes sobre os seguintes rios, no Município de Salto do Itararé: Ribeirão Bonito, que liga os bairros da Faturinha e dos Machados; Ribeirão Bonito, que liga os bairros de Ribeirão Bonito e da Grama; Morimbondo, que liga os bairros dos Furtuosos e dos Casseiros; Faturinha, que liga os bairros Palmital, da Grama e dos Machados; Faturinha, que liga os bairros Senes e da Faturinha; Faturinha, que liga os bairros das Rosa e e Faturinha; Água do Cedro, que liga os bairros dos Acácios e dos Casseiros; Córrego dos Gomes, que liga os bairros da Areia Branca e do Palmital; Palmeirinha, que liga os bairros da Palmeirinha e o Município de Siqueira Campos; Água dos Aleixos, que liga os bairros dos Aleixos e do Palmital; Água do Ribeirão Bonito, que liga os bairros do Ribeirão Bonito e da Faturinha; e Água da Faturinha, que liga os bairros da Faturinha de Baixo e da Faturinha de Cima. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, viabilizando o asfaltamento da estrada vicinal que liga o Patrimônio de Vila Gianello à Rodovia PR-468, numa extensão aproximada de 6 km, no Município de Moreira Salles. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Educação, visando a construção de um Colégio Estadual com oito salas de aula, no Município de Mamborê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Trabalho, encarecendo imediata nomeação do Conselho Federal de Biologia, com cópia para a Associação de Biólogos do Paraná - Núcleo de Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Saúde, encarecendo informações

sobre a contratação do médico Waldmir Belinati, para o cargo de Assessor do Secretário Geral do Ministério da Saúde, informando o nível de vencimentos, atribuições e critérios de seleção. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a criação e instalação de uma Unidade Veterinária no Município de Manoel Ribas. -- **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando licença para desempenhar missão temporária de estudos na Universidade de Madrid, Espanha, no período dentre 1º de julho e 15 de agosto do corrente ano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o retorno a este Poder, da Mensagem Governamental nº 28/83, encaminhada pelo ex-Governador do Estado, reajustando os proventos dos funcionários inativos, com as correções atualizadas. -- **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de mensagem ao Sr. Governador, encarecendo urgência na elaboração de mensagem do Executivo que venha a reparar de vez as injustiças que o

Governo anterior cometeu contra o magistério paranaense, através da Lei nº 7208, de 15.10.79. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretária da Educação, Presidente do Conselho Estadual de Educação, Presidente da Comissão de Encargos Educacionais e ao Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Primeiro e Segundo Graus do Paraná, encarecendo a redução do índice máximo de aumento liberado pelo Conselho Federal de Educação a níveis aceitáveis pela classe estudantil e apelando a que as escolas da rede privada não incluam o índice de produtividade na consideração dos novos valores a serem estabelecidos. -- **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — das Proposições nºs 110/82 e 68/83, do Projeto de Resolução nº 48/83 e dos Projetos de Lei nºs 19/83 e do Projeto de Lei Complementar nº 22/83.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 03 e 33/83.  
Levanta-se a sessão.